



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada no dia 24 de julho de 2014, às 17 horas, no Auditório do *Campus Experimental* da UNESP, na Avenida Três de Março, nº 511 Sorocaba/SP.

Realizou-se, no dia 24 de julho de 2014, às 17h00, no Auditório do *Campus Experimental* da UNESP, na Avenida Três de Março, 511, Sorocaba/SP, a Audiência Pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Júnior, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores **Clebson Aparecido Ribeiro**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Sorocaba; **Roberto Antonio Sabino**, Diretor de Meio Ambiente do Município de Araçatuba; **Osmar Ventris**, Diretor de Trânsito do Município de Cerquilha; **Felipe Pascutti**, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Cerquilha; **Carlos Alberto Leite**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Votorantim; **Noel Fischer**, Secretário de Obras do Município de Itapirapuã Paulista; **Vinicius Miranda das Dores**, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Morangaba; **Júlio Lamarca**, Diretor de Meio Ambiente do Município de Santana de Parnaíba; **Elias Lagos Alves**, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Itaporanga; **Nelson Alexandre Aires Pedroso**, assessor do Gabinete do Prefeito do Município de Tapirai; **Fábio Cristiano Reis de Souza**, Diretor de Convênios do Município de Tapirai; **Fernando Pedro Paulo Júnior**, Secretário de Agricultura e de Meio Ambiente do Município de Cesário Lange – e do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor **Elias Lagos Alves**, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Itaporanga –; dos órgãos públicos, de instituições da sociedade civil, de entidades ambientalistas, de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, enfim a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o “Plano Estadual de Resíduos Sólidos”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado(a) a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que, na primeira parte, tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, daqueles que representam o Poder Legislativo. Noticiou que a Mesa Diretora de Trabalhos era composta por ele e por dois representantes do CONSEMA – que, até o presente momento não se haviam apresentado, e que, tão logo isso ocorresse, eles seriam convidados a integrá-la. **André Luiz Fernandes Simas**, Diretor Técnico do Centro de Projetos da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA/SMA, declarou que, como informara a coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez**, esse documento foi idealizado pela Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, que coordenou seu processo de elaboração, e é composta pela SMA e pelas Secretarias de Saneamento, Saúde, Agricultura, Abastecimento e

Página 1 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Desenvolvimento, que, por mais de setenta vezes, se reuniram no decorrer de quase um ano e meio, convidando, sempre que necessário, órgãos e entidades, como o Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal–CEPAM e a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – Emplasa. Em seguida passou a apresentar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos–PERS. Concluída a exposição, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Rita de Cássia Gonçalves Vianna**, representante do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania do Município de Sorocaba–CEADEC, relatou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela entidade com a organização de catadores de materiais recicláveis. Em seguida, formulou duas perguntas: uma acerca da logística reversa, tal como apresentada no plano, ou seja, como mecanismo que proíbe a venda de mercadorias ou produtos que não sejam provenientes de acordos setoriais formulados no âmbito do Estado de São Paulo. Outra questão, enfatizou, diz respeito ao pagamento de serviços ambientais urbanos, que não exclui a remuneração dos catadores. Solicitou, ao final, fossem fornecidas informações acerca do tratamento dispensado a essas questões no âmbito do plano. **Michel Xocaira**, que cursa doutorado na Universidade Estadual Paulista–UNESP, *campus* Sorocaba, reportou-se às avaliações e propostas que formulou, entre outras a que sugere sejam consideradas delimitações territoriais as microrregiões, em vez das bacias hidrográficas, embora estas últimas possuam infraestrutura, o que facilitaria a implementação da gestão compartilhada de resíduo, comumente denominada consórcio. Ponderou também acerca das condições que a SABESP possui para atuar na área de tratamento e disposição final, de modo a cooperar com a implementação de outro tipo de gestão compartilhada que não seja o consórcio. Enfatizou que, no tocante às propostas finais relacionadas com a regionalização, sua sugestão é que, por questões logísticas, não seja o Município de Piedade, mas, sim, o de São Roque, a constituir uma microrregião conjuntamente com Votorantim e Salto de Pirapora, que também fazem parte da Região Metropolitana de Sorocaba. Reiterou que, como se observou anteriormente, as propostas de regionalização se assemelham umas com as outras, e, a partir de debates, se trará tal discussão para o âmbito do Estado, o que, por certo, agradará os Municípios por serem criadas as condições para fomentar soluções sustentáveis para a gestão de resíduos, inclusive promovendo-se avaliação ambiental e social dos atuais sistemas de gestão de resíduos assim como ensaios projetionais. **Professor Jose Carlos Moura**, vinculado à Faculdade de Tecnologia – FATEC – de Sorocaba, enfatizou que sua proposta se insere no âmbito do debate sobre a redução da geração de resíduos sólidos, e que, a despeito do acesso que teve às informações do plano, em nenhum momento encontrou qualquer referência à redução da geração, embora indubitavelmente ela deva ser prevista, exatamente na medida em que constitui um recurso que naturalmente interferirá no custo final dos produtos. **Oscar Vieira Neto**, representante da Associação de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia de Tatuí Negócios, declarou ter implantado a coleta seletiva no Município de Tatuí e declarou, também, ter sido membro do Comitê de Bacias de Sorocaba e Médio Tietê. Reconheceu como distinta de sua proposta de regionalização a que o plano sugere. Propôs fossem trabalhadas, no âmbito dos comitês das bacias hidrográficas, as questões relacionadas com o lixo, uma vez em que já se habituaram a reunir, para discutir essa questão, Município, Estado e sociedade civil. Lembrou que, na região, Sorocaba, Itu, Tatuí e Botucatu são os quatro grandes Municípios que geram resíduos sólidos, pois os demais são pequenos, oscilando sua população entre 25 e 50 mil habitantes, o que torna fácil a busca de solução para os problemas e questões relacionados tanto com o lixo residencial como industrial. No caso de aterro, lembrou, só se descartaria aquilo que fosse inutilizável – seja lixo hospitalar ou de qualquer outra origem –, o que exige um processo de triagem orientado pela formação ambiental. Enfatizou que o material inutilizável que desse processo restou seria encaminhado a áreas que se prestam a uma logística de consórcio com os municípios vizinhos e cujo tratamento envolva todo o tipo de resíduo – seja lixo hospitalar seja da construção civil e/ou de outra natureza. Tornar-se-ia necessário, portanto, definir e alocar áreas, e, com base nelas, construir uma logística com os Municípios próximos. Passou-se à etapa em que os cidadãos se manifestam em seu



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

próprio nome. **Meirielen Caroline da Silva** declarou que era bióloga, integrava a equipe do CADEC e era membro do Conselho de Meio Ambiente do Município de Sorocaba. Declarou igualmente que tinha dúvidas acerca da quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem diariamente e que constava do panorama, mas que, infelizmente, não havia lido os estudos. Observou também que dos estudos constavam a informação segundo a qual entre 2 e 3% do montante dos resíduos gerados eram encaminhados para a reciclagem e que a cidade de São Paulo destinava apenas 1,6% e o Município de Sorocaba, 94 toneladas por dia, informação esta oferecida por ocasião da última reunião do Conselho de Meio Ambiente do Município de Sorocaba, cujo objetivo foi apresentar e discutir o plano de gestão integrada de resíduos sólidos. Acrescentou que a estimativa da empresa contratada pela Prefeitura é que o Município destine, contando com as cooperativas e os catadores individuais, aproximadamente 94 toneladas por dia de material reciclável. Chamou atenção para o fato de os números das fontes de que dispõe nem sempre serem precisos, e também para o fato de que talvez essa estimativa efetivamente esteja muito distante, o que dificulta o estabelecimento de metas e ações. Chamou atenção ainda para o fato de constar do mapa informação segundo a qual o Município de Piedade possui 25 mil habitantes, ao mesmo tempo que o IBGE, em 2010, informou que essa Unidade da Federação possui 52 mil habitantes. **Tatiana Plens Oliveira** fez, inicialmente, duas observações sobre o panorama, precisamente sobre o diagnóstico que ele contém e do qual consta a referência de que o Município de Sorocaba informou, em 2012, ao Programa Município Verde/Azul protagonizado pela CETESB/SMA de que já havia sido elaborado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, embora, na verdade, até hoje não tenha sido concluído esse processo. Solicitou fosse substituída essa informação pela correta, qual seja, aquela que se refere ao grande número de rejeitos produzidos durante esse processo, em consequência do procedimento adotado pelos catadores de materiais recicláveis, que costumam separar apenas os resíduos de maior valor. Entretanto, observou, isso se deve à grande quantidade de produtos existentes no mercado que não possuem qualquer destinação. Esclareceu também que a compreensão que esse processo evidencia se deve à constatação de que as metas e ações, no que concerne à gestão de resíduos sólidos, não possuem fundamento. Observou também que, a seu ver, o plano estadual não esclarece se pretende-se investir no âmbito da coleta seletiva de resíduos secos ou em outra tecnologia como a incineração, motivo por que concordava com o posicionamento de Michel Xoicara, que propõe a utilização da energia a partir do aproveitamento dos resíduos secos. Criticou fossem propostas metas no que diz respeito à coleta seletiva e solicitou fosse esclarecido o que se pretende dizer quando se sugere a utilização de energia no manuseio dos resíduos úmidos. **Sandro Mancini** observou que seu posicionamento se aproximava daquele defendido pela manifestante que o antecedeu, precisamente no sentido de que existe considerável quantidade de materiais que a população supõe sejam recicláveis e que, na verdade, o são, mas que, por outro lado, não existe mercado para tanto. Pontuou a inexistência no plano de considerações acerca da responsabilização do produtor no processo pré-consumo, pois, embora se confeccionem embalagens para alguns produtos descartáveis, não há preocupação com a existência ou não de mercado para sua reciclagem, como bem exemplificam os processos adotados pela Tetra Pack e pela Elma Chips. Observou que, durante o tempo em que morou em outro Estado pôde constatar que o de São Paulo é visto como vitrine por todo o país, a ponto de serem feitas considerações como essa: “olha pessoal, se São Paulo, que possui todo o tipo de indústria, não resolveu esse problema, nós também não iremos resolver”. Em seguida, ocorreu uma troca de pontos de vista entre os conselheiros **Zuleica Maria de Lisboa Perez** e **Cláudio Robles**, acerca da inutilidade da caixa da pasta de dente, após o que o manifestante, que é representante da Associação de Moradores do Mato Dentro/Sorocaba, declarou ser o lixo um dos maiores negócios do mundo, mas sua impressão é que, no rumo tomado, deparar-se-á daqui a pouco com situações complicadas, pois difíceis de serem gerenciadas, uma vez que os grandes *players* do lixo já se instalaram no país, existindo atualmente quatro ou cinco grandes investidores em todas as cidades com mais de 500 mil habitantes, e que só agora – com um atraso de quatro anos – esse plano



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

foi concluído. Chamou atenção também para a importância do conhecimento tecnológico necessário para operar o sistema ou encaixar, de modo adequado, os produtos trabalhados e confeccionados. Relatou que morava em uma cidade com cerca de 600 mil habitantes, que deveria ser a sede de tratamento desse tipo de resíduo e onde residem dois grandes empreendedores com infraestrutura montada e à espera da definição tecnológica. Acrescentou que o Estado de São Paulo nada elaborou em nível de país, pois só nos últimos quatro anos – depois de 23 anos de discussão – algo estava sendo produzido. Por esse motivo, reconhece ser necessário, se possível, que o Estado auxilie os Municípios a organizarem seus planos integrados da gestão do lixo, pois, a seu ver, é preciso desenvolver a cabeça e só em seguida o corpo, e, nessa perspectiva, inexistem informações suficientes para o gerenciamento dos interesses de quem já se encontra no mercado ocupando espaço. Perguntou, nessa oportunidade, se, embora o mercado já se encontre direcionado, havia ou não pessoas interessadas, uma vez que o lixo vale um rio de dinheiro, pois aquele tratado na Europa – desde a fase da geração até a saída do produto – custa 60 milhões de reais por ano. Ao concluir declarou temer que o Estado de São Paulo, ou, melhor, o Brasil inteiro já se encontre fatiado. **Dimitri Auad**, representante do CONSEMA, declarou, inicialmente, que, ao ser apresentado o plano apontado, as principais preocupações que aparecem se referem aos resíduos da construção civil e à coleta seletiva, e esta última, na lógica dos gestores e planejadores, deve ocupar não o quarto ou quinto lugar, mas, sim, o primeiro e o segundo lugares. Informou ainda que, de acordo com os dados apresentados, gira em torno de 32% o percentual da participação dos resíduos sólidos, sendo 2% deles reciclados. Entretanto, embora esteja buscando, não conseguiu localizar nem esses dados nem tampouco o percentual da participação dos resíduos úmidos, acreditando que seja em torno de 50%. Enfatizou a importância de ofertar ao Plenário tanto esses dados como os que dizem respeito à participação dos resíduos úmidos nos recicláveis, informação esta que considera estratégica, na medida em que se apresenta como a oportunidade de se criar mais uma alternativa de insumo agrícola. Enfatizou também que atualmente o Brasil depende da importação de insumos inorgânicos, pois, já em 2012, ela girava em torno de 80 toneladas. Outro aspecto que chama sua atenção, pontuou, diz respeito à caminhada para apropriação da participação da sociedade na gestão de resíduos sólidos, diante da falta de estrutura econômica para absorver o material que é separado. Argumentou que o Estado de São Paulo já tem-se organizado para incentivar, fomentar, consolidar a cadeia da reciclagem. **Celso Antonio Domingues Jr.**, representante da Prefeitura de Araçariguama, informou inicialmente que era graduado em engenharia ambiental e técnico do Departamento de Meio Ambiente. Em seguida formulou as seguintes perguntas: 1ª) se constará do prognóstico do plano alguma ação que facilite o escoamento do material, cuja execução não é tão simples como mostra a cartilha, uma vez que, para se firmar convênio, são solicitados inúmeros dados, principalmente quando se trata de Município pequeno, como é o caso de Araçariguama, que conta atualmente com 20 mil habitantes; 2ª) se igualmente constará do plano a previsão do repasse dos recursos a serem encaminhados ao Município pela Secretaria de Estado para implantação do Centro de Tratamento de Recursos Hídricos–CTRS, que inclui a aquisição de terreno. Argumentou que trazia essa questão uma vez que Araçariguama se encontra quase inadimplente pela série de financiamentos que recebeu, inclusive do FEHIDRO, pois não se obteve recursos do Governo Federal. 3ª) se será proposto o planejamento estratégico para as possíveis áreas adequadas para implantação de aterros sanitários e disposição finais dos resíduos, de modo a não se repetir a situação já vivenciada de o CONSEMA proibir a instalação de aterro em decorrência da inadequação da área em que se localiza, como já aconteceu em Araçariguama com um aterro sanitário ao qual esse Conselho negou a concessão da licença por se localizar em área de manancial que abastece a população. Em vez disso, sugeriu, deveria instalar-se a CTRS, reduzir-se a geração de resíduos e se aplicar a Lei Federal nº 2.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e torna o gerador responsável pelo resíduo que produz. Como não havia mais nenhum inscrito, a palavra foi concedida aos presentes. Manifestou-se, em primeiro lugar, **Jonas**, estudante de engenharia ambiental da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Universidade Estadual Paulista–UNESP, que indagou se o planejamento do Estado contempla algum tipo de incentivo econômico para os resíduos sólidos. **Valdir Carvalho**, que reside no Município de Indaiatuba, é formado em meio ambiente e graduado em engenharia ambiental, e atualmente exerce a função de coordenador urbano da cidade. Depois de declarar que o plano foi bem elaborado, teceu comentários sobre a impossibilidade de alguns Municípios atenderem às exigências feitas pela Lei Federal nº 2305, pois muitas cidades não conseguirão a tempo fazer jus à demanda por ela estipulada. Referiu-se também às dificuldades com as quais se depara o processo de implementação da logística reversa. **Zuleica Maria de Lisboa Perez** declarou que, se alguns questionamentos não forem respondidos nesse momento, isso será feito posteriormente, pois a equipe continuará à disposição. Em seguida teceu considerações sobre a inexistência, atualmente, de lixões no Estado de São Paulo, em decorrência das ações levadas a cabo pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pela CETESB, desde 1997, nas quais inclui o repasse de recursos a 298 municípios para que executassem seus aterros e valas. Referiu-se ao rígido processo de fiscalização que lhe permite afirmar que, “se houver algum lixão funcionando no Estado de São Paulo, isso se deve à eficácia de alguma liminar fornecida pela Justiça”. Reiterou que a situação atual aboliu a expressão “aterro sanitário inadequado”, e isso porque não mais existem nem essa expressão no relatório da CETESB nem essa limitação no Estado de São Paulo. Referiu-se à importância da manutenção dos aterros, uma vez que rapidamente se tornam inadequados. Referiu-se, mais uma vez, à Política Estadual e à Política Nacional de Resíduos Sólidos e elogiou a situação do Estado de São Paulo, que, segundo ela, é confortável nesse aspecto. Referiu-se, igualmente, à eficácia das multas, uma vez que, se o Município obtiver alguma no quesito aterros, sua nota tornar-se-á negativa no Programa Município Verde/Azul e ele passa a não mais receber recursos. Teceu comentários também sobre o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição–FECOP, cujos recursos são empregados na compra de equipamentos, como pá carregadeira, na coleta seletiva, e que esses recursos permitiram que o Governo de São Paulo investisse, nos últimos dez anos, nesse setor. Com relação à logística reversa, declarou que, além de existir no plano um escalonamento, são utilizadas algumas estratégias desde o momento em que foram assinadas as primeiras parcerias. Depois de discorrer detalhadamente sobre as diferentes etapas que essas estratégias contemplam, referiu-se aos setores da indústria que já se programaram e encontraram alguns caminhos nessa seara. Referiu-se à REICLANIP, entidade que se notabilizou por desempenhar importante papel na coleta e destinação de pneus e embalagens de alumínio, e que, além de discutir com as indústrias, mantém diálogo com o Ministério Público e com as prefeituras que coletam o que não é produzido pelas indústrias paulistas. Sublinhou que, no Estado de São Paulo a partir de 2025, não mais será possível a comercialização do material coletado se não apoiada em plano de logística. Reiterou que o Ministério Público, Governo do Estado e Municípios devem atuar de modo articulado com a iniciativa privada e que o equacionamento dos problemas não pode restringir-se à criação de regras. Criticou, a propósito, a postura do Ministério Público durante reunião sediada em Campos do Jordão e que contou com a participação dos Municípios, ao advertir os prefeitos sobre a aplicação de multa, se recolherem indevidamente alguns produtos. Argumentou que, a seu ver, não é multando que se resolvem questões como essa, mas, sim, discutindo, por exemplo, o estabelecimento de Termos de Ajustamento de Conduta entre os Municípios e o Ministério Público. Lembrou que o papel do Estado nesse momento é contribuir para que a atual legislação não caia em descrédito e, para isso, todos os cuidados devem ser dispensados a essa discussão que envolve, entre outras questões, a não durabilidade dos produtos e a lógica consumista que estão esgotando os aterros. Referiu-se a alguns caminhos que se pode seguir e à preocupação com o resíduo da construção civil, uma vez que ele é responsável pelo aterramento de rios e córregos. Em seguida destacou que o maior dano não é produzido pelos resíduos gerados pelas grandes obras, mas, sim, pela reforma do banheiro e da cozinha. Anunciou a implantação de sistema de rastreamento de resíduos, cuja dinâmica funcional detalhou, assim como a adoção de ações paralelas junto à Assembleia Legislativa, no que tange à regulamentação do plano de

Página 5 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pagamento por serviços ambientais. Sobre a questão suscitada pelo representante da UNESP, declarou que tanto se discutiu amplamente não apenas a questão da regionalização como também se buscou equacionar os empecilhos logísticos relacionados ao tipo de resíduo. Para tanto, completou, valeu-se, entre outros, de estudos realizados pela EMPLASA. Explicou em linhas gerais estudo de regionalização de sua lavra, visando à capacitação dos Municípios e deu ciência das medidas e iniciativas previstas nesse âmbito. Elucidou aspectos relacionados ao estabelecimento de indicadores ambientais, desculpando-se por pontuais incorreções no texto final do plano ora apresentado, que, assegurou, serão prontamente sanadas. Dissertou sobre as metas do plano, indicando os caminhos a serem perseguidos no seu atingimento e os atores envolvidos, destacando o particular papel desempenhado pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Com relação à coleta seletiva, enfatizou, para toda reunião representantes do setor eram convidados e delas participavam também representantes do movimento nacional de catadores, contexto em que se evidencia a importância do cadastro, pois, ao se noticiar, nessas reuniões, o interesse do Município em promover processo de capacitação para constituição de cooperativa de coleta seletiva, é desse cadastro que são retirados os candidatos a catadores, e, caso o cadastro não esteja atualizado, esse profissional tem de ser importado. Referiu-se a explicações oferecidas pela advogada Mônica, que assegura que a contratação de cooperativas não cria problemas legais, aspecto este conhecido por todo aquele que participou de processo de capacitação. Sugeriu se substituíssem os “famosos tabus” por ferramentas regionais, pela impossibilidade de cada Município instituir e administrar um depósito de pneus, outro de geladeiras, outro, ainda, de computadores, até mesmo porque não sobrarão áreas para construção de casas populares. Noticiou que, em reunião recente com representantes do movimento, circulou informação acerca da existência de recursos para criação e administração de vinte grandes cooperativas de reciclagem semelhantes à de Sorocaba. E, quando a CPLA tomou conhecimento dessa possibilidade, a primeira medida que adotou foi listar todos os seus recursos. Já, no que concerne à Lei Orgânica do Município de São Paulo, ela proíbe tanto a reciclagem como a utilização de galpões, no entanto essa legislação mudou. Asseverou que igualmente a compostagem, pelo mau cheiro que gera, foi banida dos grandes Municípios. Observou que a discussão dessa questão contou com a participação do Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Eduardo Jorge, e seus subsídios foram encaminhados para a Câmara Municipal, os quais contribuíram para formulação de norma ou decisão de diretoria. Noticiou que o Estado São Paulo construiu, com dinheiro integralmente público, trinta e cinco unidades de compostagem no Estado de São Paulo, as quais atualmente se encontram fechadas, e que a decisão mais recente foi reunir as Secretarias de Agricultura, de Meio Ambiente e de Saneamento para elaborar um regramento que possa aplicar-se ao setor agrícola, e mencionou programa de capacitação de mão-de-obra em curso. Enfatizou a cautela que deve cercar o estabelecimento de metas de médio e longo prazo, cujo cronograma de cumprimento pode ser revisto com periodicidade, por exemplo, de quatro em quatro anos, considerando-se sempre a diversidade de entidades e esferas de poder envolvidas e a necessidade de bem articulá-las entre si. Festejou o *quantum* de recursos aportados para o financiamento do plano, R\$ 1,7 milhões de reais, bem menor que a previsão do Governo do Estado, que era financiar até R\$ 2,5 milhões, o que testemunha o sucesso das iniciativas tomadas na perspectiva da otimização desses recursos. Mencionou iniciativa governamental na aquisição de equipamentos que, não fosse a qualidade do plano em questão e o permanente e estreito diálogo entre Estado e Municípios, correria o risco de malograr. Chamou atenção para a premente necessidade de os Municípios elaborarem seus respectivos planos, sem o que não será possível articulá-los com o desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sublinhou a ativa participação do movimento nacional de catadores de lixo, entre outros setores da sociedade civil, no âmbito do plano, ponderando ao final que essa disposição para o diálogo era fundamental para que o plano firme sua credibilidade junto a toda a sociedade. **André Dias Menezes de Almeida** declarou que todos os questionamentos foram anotados, e passou a dar-lhes, uma a uma, adequada resposta,

Página 6 de 8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como, por exemplo, em relação ao Plano de Resíduos Sólidos do Município de Sorocaba, cuja minuta continha estudo de gravimetria com metodologia detalhada e cujo registro da reunião será novamente examinado, de modo a que se possa validar ou não as informações naquele momento veiculadas. Referiu-se, também, ao *eco design*, que cria programas de avaliação e de viabilidade de incentivos e projetos de melhoria de desempenho ambiental e de produtos e embalagens, que implica iniciar conversa com o setor produtivo acerca da matéria-prima utilizada. Outro trabalho também voltado para essa questão, argumentou, consiste em estimular a criação e utilização de ferramentas com vistas à avaliação de produtos, inclusive com rotulagem ambiental. **Zuleica Maria de Lisboa Perez** noticiou a existência na coordenadoria de programa sobre compras públicas sustentáveis, implementado pelas Secretarias de Estado da Fazenda e de Gestão, através do qual o Estado evidencia quais produtos estão sendo adquiridos, comprados, entre os quais às vezes alguns são vetados pelo Tribunal de Contas. Referiu-se a estratégias adotadas com vistas à superação de conflitos como esse, até mesmo porque os executivos, por falta de tempo, dedicam-se mais à pesquisa e, conseqüentemente, à proposição, buscando parcerias para execução. Referiu-se à responsabilidade de todo servidor público com relação a esse plano, até mesmo porque, desde o primeiro momento, são eles que o executarão e enfrentarão outros órgãos estaduais que, costumeiramente, se indispõem com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a CETESB. Reconheceu que a SMA foi ousada ao elaborar esse plano e lutar por sua implementação e se dispor agora a atender os Municípios, inclusive aqueles que não foram contemplados e que começaram a reivindicar sua inserção. Reconheceu que há muitos aspectos do plano a serem discutidos e inseridos, porque se trata de “um documento de contribuição”, elaborado por “minha equipe, gloriosa equipe”. **Professor José Carlos Moura** enfatizou a importância do trabalho realizado pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, seu dinamismo e objetividade e a quem agradecemos a rigorosa condução dos trabalhos. Agradeceu, também, à presença das autoridades, dos representantes de diferentes organizações sociais interessadas com essa questão profundamente complexa, que são os resíduos sólidos, até mesmo porque ela contempla diferentes perspectivas, quais sejam, política, social, ambiental, econômica e cultural. Externou seu profundo agradecimento ao Conselho Estadual do Meio Ambiente e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, pelo privilégio de conceder que o *campus* Sorocaba da UNESP hospede, em suas dependências, esse evento de grande interesse para ela por se tratar de questão intimamente ligadas aos resíduos sólidos. Lembrou que esse *campus*, além de possuir curso de graduação de engenharia ambiental – que, inclusive, proporciona aos alunos trabalhar com o planejamento e a gestão dos resíduos sólidos. Observou que participam desse evento alunos de outros cursos de graduação e, também, de pós-graduação, como também ex-alunos. Enfatizou que a parceria com cursos de engenharia civil ambiental geram conhecimento específico sobre resíduos sólidos, e lembrou que, na semana em curso, participou da banca de mestrado de uma aluna do Professor Sandro Donini Mancini, que se encontra presente e que é uma referência em gestão de resíduos sólidos. Fez referência a alguns argumentos utilizados pela engenheira **Zuleica Maria de Lisboa Perez** para ilustrar a situação de algumas prefeituras, que muitas vezes possuem apenas uma balança para pesar tanto o caminhão que entra como o caminhão que sai como também o outro que será encaminhado para o aterro. Declarou que reconhecia a importância dos agradecimentos que a engenheira Zuleica fez à sua equipe por ter elaborado um documento que certamente constituirá uma referência para a academia, seja para referendá-lo seja para contestá-lo. Referiu-se à necessidade de quem atualmente trabalha com gestão no país elaborar políticas públicas. Também parabenizou a equipe da SMA por compilar dados que se encontravam espalhados, o que exigiu um corpo-a-corpo que tornou esse documento extremamente valioso. Pontuou que esse evento faz parte de um momento importante da história do meio ambiente do país e do Estado de São Paulo, sendo essa a razão do profundo agradecimento que a UNESP faz ao CONSEMA e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O **Secretário-Executivo** informou que, com base no registro proporcionado pela gravação, será elaborada uma ata da qual constará tudo o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que foi dito e declarado, subsídios estes que, depois de examinados pela equipe técnica da CPLA e utilizados para a melhoria da versão final do plano, serão posteriormente publicados. Pontuou também que toda pessoa interessada terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data da audiência que será realizada em um dos auditórios da Assembleia Legislativa de São Paulo, para enviar à equipe toda e qualquer contribuição que ainda queira ver juntada ao processo com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade do plano. E, em nome do Secretário Adjunto, que responde pelo Expediente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.